

A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS OUVINTES: REFLEXÕES NECESSÁRIAS¹

THE BRAZILIAN SIGN LANGUAGE IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION FOR HEARING CHILDREN: NECESSARY REFLECTIONS

Andreia de Menezes da Silva Beyer² e Arlei Peripolli³

RESUMO

A pesquisa refere-se à inserção da Língua Brasileira de Sinais na Educação Infantil para crianças ouvintes, de modo a se analisar os benefícios que esse tipo de língua gera ao desenvolvimento desse grupo de crianças. Sabe-se que a língua tem, como principal finalidade, a comunicação social, ou seja, a interação entre o indivíduo e o mundo ao seu redor. A aprendizagem dessa tem possibilitado às crianças surdas maior rapidez e naturalidade ao expressarem seus sentimentos e necessidades. Assim, o objetivo desse estudo é verificar a importância da LIBRAS para crianças ouvintes que frequentam a modalidade da Educação Infantil. A metodologia foi a bibliográfica. A partir dela, buscaram-se dados em artigos científicos, livros e em sites como Google Acadêmico e Scielo. Após, foram feitas reflexões sobre a importância da Língua Brasileira de Sinais na Educação Infantil e a respeito da relevância de haver políticas públicas e formação de professores relacionadas a essa temática. A inclusão da LIBRAS, como componente curricular, deve ser efetivada, e os professores devem buscar práticas docentes, adequando-as ao ensino para surdos e ouvintes no mesmo espaço, a fim de proporcionar uma aprendizagem adequada para ambos os grupos de alunos. Portanto, a língua é o caminho para o desenvolvimento da aprendizagem integral e, também, colabora para que sejam efetivados os processos inclusivos na escola.

Palavras-chave: Educação, Inclusão, Comunicação.

ABSTRACT

The research refers to the insertion of the Brazilian Sign Language in Early Childhood Education for hearing children, presenting the benefits that this type of language generates for the development of these children. It is known that language has, as its main purpose, social communication, that is, the interaction between the individual and the world around him. The learning of this has made it possible for deaf children to be faster and more natural in expressing their feelings and needs. So, the aim of the study is to observe the importance of LIBRAS for hearing children who attend Early childhood education. The methodology applied in the research was bibliographic, whose data were searched from articles, books and websites, such as Google scholar and Scielo. From this, reflections were accomplished concerning the importance of the Brazilian Sign language in Early Childhood Education and on the relevance to be public policies and teacher training related to the theme. The inclusion of LIBRAS as a curricular component must be effective. Teachers, in turn, need to look for active methodologies, adapting them to teach for the deaf and listeners in the same room, providing adjusted learning

¹ Trabalho Final de Graduação II do Curso de Pedagogia, da Universidade Franciscana - UFN, Santa Maria-RS

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Franciscana – UFN. E-mail: deyamenezes@yahoo.com.br

³ Mestre em Educação. Orientador e professor da Universidade Franciscana – UFN. E-mail: arlei.peripolli@ufn.edu.br

for these groups of students. Therefore, language is the way to develop integral learning and also a means to implementing inclusive processes at school.

Keywords: *Education, Inclusion, Communication.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo destaca a importância da aprendizagem de uma segunda língua na Educação Infantil, ou seja, a aprendizagem de crianças ouvintes da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, que é a língua materna da comunidade surda. Com isso, pretende-se, consequentemente, (re)significar o processo inclusivo.

Ao se discutir acerca da inclusão, propõe-se o respeito às diferenças e a garantia aos direitos humanos. Segundo Pintor (2017), a inclusão se caracteriza pela busca da sociedade e da escola em aceitar, acolher e se modificar para responder às demandas sociais e de aprendizagem das pessoas com ou sem deficiência. Nesse caso, a sociedade e a escola passam a ver a deficiência com o olhar social.

Ao se pensar sobre essa questão da inclusão, percebe-se uma grande lacuna no que tange ao uso da LIBRAS no contexto de escolas regulares, em especial, na Educação Infantil. Para Lacerda (2006, p. 181),

o uso da LIBRAS é muito restritivo para alunos ouvintes. A experiência de inclusão parece ser muito benéfica para os alunos ouvintes que têm a oportunidade de conviver com a diferença, que podem melhor elaborar seus conceitos sobre a surdez, a língua de sinais e a comunidade surda, desenvolvendo-se como cidadãos menos preconceituosos. Será necessário pensar formas de convivência entre crianças surdas e ouvintes, que tragam benefícios efetivos para ambos os grupos.

Isso significa que há a necessidade de abordar a inclusão escolar como uma oportunidade de oferecer ferramentas linguísticas não só para os alunos com surdez como também aos alunos ouvintes, isto é, a inclusão educacional de alunos surdos preconiza o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais, por parte dos alunos ouvintes, de modo que haja uma real interação e formação de ambos os grupos. Conforme Vygotsky (2001), é por intermédio da interação social que os sujeitos se constituem como tal, e esse processo ocorre por meio da linguagem.

De acordo com o pensamento de Vygotsky, a linguagem é responsável pela estruturação de processos cognitivos e, desse modo, ela se torna fundamental para a constituição do sujeito. É a linguagem quem viabiliza o conhecimento e possibilita as interações sociais a partir das quais os sujeitos constroem identidades e se definem como indivíduos sociais.

Os estudos apontam que a formação cognitiva de uma criança está diretamente relacionada a seus hábitos sociais e culturais, pois são essas relações que determinarão a forma de pensar dela. Na concepção de Vygotsky (2001), a linguagem não é apenas uma expressão do conhecimento adquirido pela criança, ela é a expressão da formação do pensamento e de seu caráter.

Nesse sentido, a comunidade surda tem se mobilizado e lutado pelo o reconhecimento das condições linguísticas, culturais e educacionais dos surdos. Dentre as diversas conquistas alcançadas por essa comunidade, destaca-se a Lei nº 10.436/2002. Essa normativa reconheceu a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como meio de comunicação e de expressão próprio da comunidade surda brasileira, e o Decreto nº 5.626/2005 dispõe, entre outras providências, sobre o uso e a difusão da LIBRAS como medida de acesso dos surdos à educação. Amparada nessas legislações, a língua de sinais passou a ser difundida em diferentes espaços da sociedade, como nos contextos educacionais.

Isso implica criar metodologias ativas que promovam o aprendizado da língua brasileira de sinais por crianças que frequentam a Educação Infantil. Nesse ambiente, destaca-se a importância de se pensar em estratégias de ensino e aprendizagem de LIBRAS para os alunos ouvintes, uma vez que esses constituem a maioria da comunidade escolar e são potencialmente os cidadãos formadores de uma sociedade inclusiva.

Nota-se, assim, que é possível traçar um caminho para a sociedade que aceita e sabe dialogar com as diferenças. Ainda, torna-se possível contribuir para a formação de sujeitos bilíngues e aptos a interagirem socialmente com os indivíduos surdos, sem que os entraves linguísticos predominem, promovendo a exclusão.

A partir disso, resolveu-se propor a seguinte temática neste estudo: LIBRAS para crianças ouvintes na Educação Infantil, um assunto que me motivou a refletir e a me questionar a respeito de algumas questões. Foi eleito, como problema de pesquisa, o seguinte: qual a importância de ensinar a Língua Brasileira de Sinais para crianças ouvintes que frequentam a Educação Infantil?

É nessa modalidade de ensino que a criança está iniciando o seu processo de aprendizagem para se socializar, interagir com as pessoas. Nesse contexto, ela apresenta maior facilidade em aprender coisas novas, e o ensino da LIBRAS a essas crianças promove benefícios em relação à atenção, à percepção visual, à expressão corporal, à motricidade, à coordenação motora fina e facial.

Desse modo, ao se ensinar a Língua brasileira de Sinais para crianças ouvintes, oportuniza-se aprender sobre a cultura surda e, sobretudo, cria-se a possibilidade para elas conseguirem se comunicar com seus pares diferentes, valorizando a diversidade desde a Educação Infantil. Para se transformar a sociedade em um corpo social bilíngue, é primordial a valorização da cultura surda no mesmo nível em que é valorizada a cultura ouvinte. Posto isso, torna-se relevante que a LIBRAS seja meio de instrução na escola de forma efetiva e adequar as práticas pedagógicas de acordo com a faixa etária das crianças e ao campo de experiências, de modo a possibilitar a comunicação e, por sua vez, a interação entre surdos e ouvintes.

Além da inclusão da LIBRAS na Educação Infantil, é necessário que haja comprometimento por parte dos professores. Esses devem buscar alternativas ativas e adequar ao ensino para os alunos surdos, promovendo a aprendizagem por igual entre todos os alunos. A partir das questões levantadas, confirma-se que este estudo é de relevância social e servirá como referência em políticas públicas e na formação de professores.

REFERENCIAL TEÓRICO

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Na pré-história, o homem utilizava as mãos para sua comunicação. Com o decorrer do tempo, o uso dos sinais foi substituído pela comunicação oral. Conseqüentemente, os homens pré-históricos trocaram a comunicação gestual pela comunicação oral, pela palavra, quando começaram a utilizar ferramentas. Trabalhando com as mãos ocupadas, precisaram inventar uma alternativa para dialogar. Após a descoberta de um novo meio de comunicação, a comunicação por sinais se restringiu aos surdos, e a oralidade se tornou predominante na comunicação.

Em função da oralização, a forma de expressão pertencente aos ouvintes predominou por muito tempo, ganhando força na comunicação e se sobrepondo à comunicação por sinais. Essa última predominou, durante anos, de maneira informal, muitas vezes, até mesmo secreta ou negada aos surdos, uma vez que eles, por um longo tempo, foram tratados como pessoas excluídas e sem direitos sociais.

Araújo (2015, p. 1) confirma a ideia anterior ao pontuar que:

Os surdos eram tratados com piedade e vistos como pessoas castigadas pelos deuses, sendo abandonados ou sacrificados. A surdez e a conseqüente mudez eram confundidas com uma inferioridade de inteligência. E até o século quinze foi visto como uma pessoa primitiva que não poderia ser educado.

No período antigo, os surdos não eram considerados humanos. Isso está implícito na concepção de Aristóteles ao afirmar ser o ouvido (entenda-se a audição) o órgão mais importante para a educação, o que contribuiu para “(...) que o surdo fosse visto como incapacitado para receber qualquer instrução naquela época” (HONORA, 2009, p. 14). Na realidade, foi somente na Idade Média que houve uma preocupação quanto à educação dos surdos, começando, assim, a integração da criança surda na sociedade, mesmo não sendo uma ação inclusiva.

O francês abade L'Épée se destacou na história, também a partir de 1760, por realizar um trabalho na educação de duas irmãs surdas. Ele empregou uma metodologia que utilizava imagens e sinais que contemplavam conceitos abstratos. Porém, apesar de as duas irmãs terem aprendido a escrever e a ler, a deficiência na metodologia dele ficou evidente, pois não havia uma gramática que apoiasse tal ensino aprendizagem.

Contudo, L'Épée, ao observar a comunicação entre as duas irmãs, pode observar que elas se comunicavam de maneira fluente, o que deu oportunidade a ele de aprender os sinais e, assim, adaptá-los à língua francesa. Com os sinais adaptados à língua francesa, ficou mais fácil para o abade ensinar aos surdos, tanto sobre o concreto como o abstrato.

Segundo Reily (2004, p. 116), “a iniciativa de L'Épée revolucionou as possibilidades de educação, comunicação, interação e cidadania para os surdos, um grupo que se encontrava marginalizado e excluído até então”, já que o francês foi um dos primeiros a desenvolver a educação direcionada aos surdos, valorizando-os de acordo com suas habilidades e competências.

Em uma viagem à França, Dom Pedro II conheceu o trabalho realizado por L'Épée no Instituto de Surdos de Paris, dando-se por conta de que, no Brasil, ainda não havia metodologias voltadas à educação dos surdos. Em função disso, o monarca convidou o professor francês Ernest Huet para realizar a educação dos surdos em nosso país, o que teve um papel fundamental no surgimento da comunicação e educação dos surdos no Brasil. Ernest Huet fundamentou seus métodos educacionais na leitura labial, articulação da fala e auxílio da datilologia, tornando a língua de sinais francesa à base da Língua Brasileira de Sinais (REILY, 2004).

Ainda, segundo Honora (2009), o interesse de Dom Pedro II por implantar a educação dos surdos se deu, sobretudo, pelo fato de possuir um neto surdo, filho da princesa Isabel, e por desejar que ele fosse alfabetizado.

Já o alfabeto manual foi desenhado por Bonet, um padre espanhol, soldado e filósofo que criou o primeiro tratado de ensino de surdos-mudos, o qual iniciava com a escrita sistematizada pelo alfabeto, que foi editada na França com o nome de “Redação das Letras e Artes de Ensinar os Mudos a Falar” (HONORA, 2009, p. 20).

Em 1857, Ernest Huet conseguiu o apoio de Dom Pedro II para fundar o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, hoje atualmente chamado de Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Porém, foi somente a partir de 1960, com o aumento dos diagnósticos de surdez, que houve o maior número de pessoas interessadas em aprender LIBRAS.

Com o surgimento da LIBRAS, o bilinguismo passou a ser um dos meios mais utilizados no processo de ensino-aprendizagem, visto que possibilitava, aos surdos, aprenderem a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais. A Filosofia Bilíngüe defende que o surdo deve adquirir a língua de sinais como língua materna e a de seu país como segunda língua. Ainda assim, há outras opiniões, como a de que a língua do país deve ser a primeira a ser adquirida e

de maneira escrita e oral, uma ideia que desrespeita o direito dos surdos de terem a língua de sinais como sua língua materna.

Após a fundação do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), pesquisas passaram a ser realizadas no Instituto de Psicologia da USP, para a criação do primeiro dicionário de LIBRAS, o qual veio a ser editado em 2001, passando a ser um instrumento fundamental na educação dos surdos. Pouco tempo depois, foi promulgada a Lei n. 10.436 no dia 24 de abril de 2002. Essa lei reconheceu legalmente a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como uma forma de expressão e de comunicação dos surdos, garantindo, por meio dela, que a língua Brasileira de Sinais fosse incluída pelos sistemas educacionais nos cursos de magistério do ensino de LIBRAS. Sempre foi enfatizado, porém, que esse tipo de língua não poderia substituir a escrita da língua portuguesa.

De acordo com Lima (2006, p. 68):

[...] o ensino de LIBRAS nas escolas em relação à legislação vigente, ao acesso de pessoas com deficiência no Ensino Regular é amparado por lei, tanto pela Constituição de 1988, quanto pela LDB de 1996, não podendo excluir qualquer pessoa por ser diferente.

Sem a utilização de uma gramática, apenas com sinais criados aleatoriamente para se comunicar, foi necessária a criação de conceitos para dar sentido aos sinais, passando esses a serem utilizados na comunicação, em especial, na educação dos surdos.

Na concepção de Quadros, Pizzio e Rezende (2009, p. 15):

Os gestos são visuais e representam a ação dos atores que participam da interação por meio da imitação do ato simbolizando as relações com as coisas. As línguas de sinais aproveitam esse potencial dos gestos trazendo-o para dentro da língua, fazendo com que sinais visuais representem palavras envolvendo a organização da língua.

Os sinais criados pelos próprios surdos, conforme seus conhecimentos, foram sendo vinculados a conceitos que facilitaram a construção gramatical dos sinais, reconhecida hoje, no Brasil, como Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A partir disso, LIBRAS foi reconhecida legalmente, e, assim como toda língua, ela possui uma gramática específica e regras para que seja executada de maneira correta, como a utilização gestual das mãos. Sobre essa regulamentação, Santos (2013, p. 3) esclarece que:

Entretanto, apesar de regulamentada, a LIBRAS carece de uma sistematização em seu ensino, uma vez que o Decreto Federal apenas faz vagas referências sobre o uso e difusão da língua para o acesso das pessoas com surdez à educação formal, indicando a necessidade de haver cursos de formação de professores e de intérpretes da língua através de instituições competentes para tal [...]. A distância entre a pessoa surda e o conhecimento acadêmico, e a ausência dela nos espaços escolares, só reforça o mito, por causa da ignorância, de que a LIBRAS não é língua natural, ou é mera linguagem dependente das línguas faladas.

Observando a complexidade dessa nova língua, necessitou-se de profissionais que auxiliassem na educação dos surdos. Esses deveriam participar de cursos a fim de conhecerem a LIBRAS, tornando possível aprender a língua portuguesa por meio da língua brasileira de sinais e desempenhando um papel de intermediador entre surdos e ouvintes. A respeito disso, Araújo (2015, p. 9) pontua que “a presença de um intérprete é imprescindível no âmbito educacional para que ocorra de fato uma troca de conhecimentos”.

Atualmente, muitas são as escolas que buscam ter intérpretes para promover a inclusão dos alunos surdos. Todavia, sabe-se que, para haver uma real inclusão, é preciso que ainda ocorram muitas mudanças. Segundo Lima (2006, p. 60):

O acesso das pessoas surdas ao ensino ainda é precário, não apresentando, portanto, bons resultados, pois há muita retenção nas séries iniciais, e faltam serviços de Educação Especial nas escolas comuns. Há ainda posições divergentes sobre a utilização de processos educativos de base oral ou gestual.

É importante ressaltar que a LIBRAS não passou a ser utilizada somente na educação dos surdos, mas também por outras pessoas com incapacidades ou distúrbios na fala, as quais necessitavam também da língua de sinais para serem compreendidas.

O acesso a esse tipo de língua, no contexto social brasileiro, faz-se necessário a todos. Ela pode ser desenvolvida com a participação dos surdos e ouvintes que queiram aprender e se envolver com o propósito de torná-la mais conhecida em nossa sociedade contemporânea.

No pensamento de Quadros, Pizzio e Rezende (2009, p. 15):

Os gestos são visuais e representam a ação dos atores que participam da interação por meio da imitação do ato simbolizando as relações com as coisas. As línguas de sinais aproveitam esse potencial dos gestos trazendo-o para dentro da língua, fazendo com que sinais visuais representem palavras envolvendo a organização da língua.

Assim, a língua de sinais passou a dar voz às mãos dos surdos e a todos aqueles que, durante muito tempo, foram silenciados pela ignorância e pela falta de conhecimento sobre a surdez. Segundo Lima (2006, p. 63), “interagir com outros sujeitos e construir a sua linguagem, condição imprescindível para que o indivíduo possa apropriar-se da cultura e se constituir como sujeito”.

Desse modo, aqueles que necessitam do uso da língua de sinais podem ter um melhor relacionamento interpessoal, além de uma melhor integração educacional e nas relações de trabalho. Atualmente, a LIBRAS é reconhecida como um instrumento fundamental para a comunicação e educação dos surdos, libertando-os do analfabetismo e, possibilitando, uma maior inclusão e independência deles na sociedade.

Considera-se que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças tem como eixo as interações e a brincadeira, assegurando o direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e se conhecer e a organização curricular da Educação Infantil, na BNCC (BRASIL, 2017), é baseada nos cinco campos de experiências: EO- É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo o modo próprio de agir, sentir e pensar e descobrir que existem outros modo de vida e pessoas diferentes. CG- Com o corpo as crianças (por meio de sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças exploram o mundo, o espaço e os objetos em seu entorno, estabelece relações, expressando-se através de brincadeiras e produz conhecimentos. TS- Conviver com manifestações artísticas, culturais, científicas, locais e universais. EF- As crianças desde o nascimento participam de situações comunicativas do cotidiano com as pessoas que elas convivem. ET- As crianças são inseridas em espaços e tempos diferentes, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais, onde são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Por isso, é importante a interação da criança na Educação Infantil com outras crianças diferentes, com outros grupos sociais e culturas.

A LIBRAS, sendo a segunda língua oficial brasileira é um meio de comunicação dos surdos. que acontece de forma gestual-visual, despertando o interesse das crianças ouvintes na escola regular.

LIBRAS: E CRIANÇAS OUVINTES NA ESCOLA REGULAR?

A importância de se ter uma ação pedagógica reflexiva, aliada ao estudo e à pesquisa, constrói um conjunto de experiências que torna certos profissionais capazes de desenvolverem um trabalho que favoreça a valorização das especificidades humanas, bem como que ajudem a promover uma educação significativa, consciente e inclusiva.

A Libras quando veiculada por meio de propostas curriculares na Educação Infantil é importante, porque é a forma de comunicação entre pessoas com surdez e crianças ouvintes. Sabe-se que, nas escolas regulares, existem alunos com surdez e, logo, faz-se necessária a comunicação entre eles.

Considera-se importante a inserção da Língua Brasileira de Sinais desde a Educação Infantil para que todas as pessoas tenham o conhecimento da mesma forma que se tem da língua portuguesa. Isso pode facilitar a comunicação entre as crianças com surdez e os ouvintes.

O Decreto, nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, confirma essa importância ao normatizar que:

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino Fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia, onde a Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue (BRASIL, 2005, p. 2).

Consequentemente, deve-se refletir sobre uma escolarização de qualidade e se pensar em uma proposta bilíngue para as escolas de Educação Infantil, as quais atendam alunos ouvintes.

Desse modo, é importante se trabalhar, com os grupos diferentes de alunos, atividades diferenciadas, fazendo as adaptações em Libras. Isso permitirá que as crianças conheçam e aprendam a nova língua, além de terem contato com a cultura surda.

Sabe-se, entretanto, que existe uma grande diferença em relação à comunicação entre os alunos surdos, visto que a desse último grupo acontece de forma gestual-visual e a dos alunos ouvintes acontece de forma oral auditiva. Logo, justifica-se a importância de se ter uma escola de Educação Infantil que utilize ambas as línguas, ou seja, a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais.

Estudos relatam a importância de trabalhar com alunos com surdez em escolas regulares e que, nessas instituições, eles possam aprender por meio de procedimentos pedagógicos adequados. Para Lacerda (2006), o propósito da educação dos surdos é fazer com que possam desenvolver o pensamento, adquirir conhecimento e se comunicar com o mundo ouvinte. Todavia, para que isso aconteça, a Língua Brasileira de Sinais precisa ser estimulada, aplicada e ensinada desde a Educação Infantil.

Portanto, deve-se refletir sobre uma escolarização de qualidade e se pensar em uma proposta bilíngue para as escolas desse nível de ensino e que atendem alunos ouvintes.

A importância de se ter uma escola de Educação Infantil que utilize ambas as línguas, a língua (L1) Língua Portuguesa e a (L2) a Língua Brasileira de Sinais, pode, certamente, contribuir para o desenvolvimento da educação bilíngue.

Conforme Skliar (1998, p. 55),

[...] a educação bilíngue deveria propor a questão da identidade dos surdos como eixo fundamental da construção de um modelo pedagógico significativo, criar condições linguísticas e educativas apropriadas para o desenvolvimento bilíngue e bicultural dos surdos, gerar uma mudança de status e de valores no conhecimento no uso das línguas implicadas na educação.

No entanto, as escolas regulares ainda não se sentem preparadas para tal mudança. Acredita-se que o bilinguismo vá além do uso de duas línguas, ele envolve aspectos sociais,

culturais de cada língua e precisa-se respeitar a complexidade de cada uma, pois as duas envolvidas são muito importantes.

Pensar na possibilidade de trabalhar a LIBRAS pode, então, gerar benefícios para os alunos ouvintes, a saber: melhora na atenção, percepção visual, expressão corporal, motricidade, coordenação motora fina e ampla. Também, o ensino de Libras significa inclusão da pessoa surda, ajudando o processo de inclusão escolar se tornar efetivo, respeitando as singularidades de cada um.

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) aborda o compromisso que a escola deve ter de educar e de acolher cada aluno, independentemente de sua origem social, étnica ou linguística. A criança, quando aprende Libras, apresenta, de forma positiva, grande avanço no processo de aprendizagem.

Consequentemente, ter uma comunicação favorável, entre professores e alunos, no processo de ensino/aprendizagem, é bastante positivo, como indicam os autores a seguir:

A comunicação é a chave para o sucesso nos ambientes escolares, pois é o meio de interação fundamental no qual os alunos, 'deficientes e normais', podem indicar aos professores se os objetivos curriculares são ou não alcançados (SILVA; PEREIRA, 2003, p. 174).

Há um crescente número de estudos que revelam as vantagens do aprendizado de Línguas de Sinais por pessoas ouvintes, uma vez que ela é um elemento significativo no desenvolvimento cognitivo, melhorando as habilidades de atenção das crianças, a discriminação visual e a memória espacial.

Por fim, o papel da escola é formar cidadãos, (re)significar valores éticos, morais, conhecimentos e desenvolver habilidades do aluno. Isso deve ser feito por meio do processo pedagógico de ensino-aprendizagem, preparando-os para o exercício da cidadania e à sua vivência em sociedade, a qual deve ocorrer de forma atuante, crítica e transformadora.

É preciso lembrar que, a partir da Lei 5.626/2005 (BRASIL, 2005) ficou estabelecido que a Libras se constitui como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, nos cursos de fonoaudiologia e nas licenciaturas em geral. Dessa forma, mais do que nunca, é importante que a sociedade discuta esse tema, para que o contexto social seja cada vez mais inclusivo e possa compreender e construir políticas públicas a fim de valorizar diversidade humana.

LIBRAS: PROCESSO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Inicialmente, é importante ressaltar que a escola regular deve garantir os recursos e os profissionais necessários para que o aluno com surdez consiga se desenvolver, conforme muito bem preconiza a legislação vigente.

O ensino de Libras promove benefícios para os alunos ouvintes e com surdez como já explicitado neste estudo, através de pesquisa em artigos acadêmicos já existentes. Dentre esses, destaca-se a atenção, a percepção visual, a expressão corporal, a motricidade, a coordenação fina e ampla. Então, é importante iniciar o ensino de Libras desde a Educação Infantil. Com isso, todos teriam a aprendizagem em uma nova língua e cultura.

Em relação à inclusão do aluno com surdez no contexto escolar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº 9.394/1996) estabelece que os sistemas de ensino deverão assegurar, principalmente, profissionais especializados ou devidamente capacitados, os quais possam atuar com qualquer tipo de deficiência na sala de aula. É preciso lembrar que o professor é o mediador e o incentivador do conhecimento do aluno. Ele deve promover, através da interação com os colegas e do desenvolvimento cognitivo com práticas adequadas,

estratégias que atendam às necessidades do aluno com surdez e dos alunos ouvintes. No entanto, observa-se que ainda existe muito a se fazer nas escolas regulares a fim de que, realmente, atinja-se a verdadeira inclusão.

Logo, Libras é uma forma de comunicação importante e deve ser incluída desde a Educação Infantil. Isso poderá facilitar a comunicação dos ouvintes com os alunos com surdez.

Há vários significados para o termo inclusão. Em função disso, convive-se com uma multiplicidade de usos, como inclusão vividas por alguns, inclusão como integridade e, nesse caso, principalmente, como inclusão de pessoas com surdez no ambiente escolar e na sociedade. Desse modo, cada pessoa tem um entendimento particular e sentido para essa palavra.

Contudo, a palavra inclusão, neste artigo, tem o sentido de acolhimento ético. Stumpf afirma que

[...] a inclusão acontece a partir de dois movimentos: da construção social de toda a sociedade que atende e acolhe, e dos surdos, vão participar, porque se sentem acolhidos [...]Este movimento da sociedade implica em responsabilidade social como prática constante no agir das pessoas e das instituições a partir de uma posição em que a liberdade individual é posta em segundo plano a fim de que a justiça assuma a primazia nas relações intersubjetivas (STUMPF, 2008, p. 27).

Dessa forma, acolher é respeitar a individualidade e a identidade de cada pessoa. Significa aceitar as diferenças, e o aluno com surdez quer é ser acolhido por todos. Entretanto, deve-se ter práticas pedagógicas adequadas para as necessidades específicas desse aluno com o intuito de que haja comunicação e interação para o desenvolvimento holístico de todos.

Autores como Vygotsky (2001) afirmam que é por meio da interação social que os sujeitos se constituem como tal, e esse processo ocorre por meio da linguagem. É ela que viabiliza o conhecimento e possibilita as interações sociais a partir das quais os sujeitos constroem identidades e se definem como indivíduos sociais.

Estudos apontam que a formação cognitiva de uma criança está diretamente relacionada a hábitos sociais e culturais, pois são essas relações que determinam a forma de pensar. Para Vygotsky (2001), a linguagem não é apenas uma expressão de conhecimento adquirido pela criança, ela é a expressão da formação do pensamento e de seu caráter.

Portanto, deve-se considerar a inclusão escolar como uma oportunidade de oferecer ferramentas linguísticas não só para alunos com surdez como também para alunos ouvintes. Desse modo, a inclusão de alunos surdos preconiza o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais por parte dos alunos ouvintes.

METODOLOGIA

Este artigo compõe o Trabalho Final de Graduação II, do curso de Pedagogia da Universidade Franciscana - UFN, e se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica na qual foram buscados dados em artigos científicos, livros e em sites como Google Acadêmico e Scielo. A escolha por uma pesquisa bibliográfica se fundamentou na afirmação de Gil (2002), a qual indica que “(...) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador uma gama de fenômenos mais ampla daquela que poderia pesquisar diretamente”.

A elaboração das informações constitui-se a partir dos questionamentos que foram formulados sobre “qual a importância da língua brasileira de sinais para alunos ouvintes na educação infantil”. Usou-se a abordagem qualitativa, uma vez que essa serve para coleta de materiais, descrever convicções e pontos de vista ao se aprofundar em um tema específico, proporcionando melhor compreensão e detalhamento sobre determinado assunto.

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região 'visível, ecológica, morfológica e concreta', a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2018, p. 22).

Ao elaborar esses conceitos, buscou-se descrever e analisar a pesquisa no que se refere à inserção da Língua Brasileira de Sinais, na Educação Infantil, para crianças ouvintes, mostrando os benefícios que ela gera no desenvolvimento delas. Afirma-se isso porque se sabe que a língua tem, como principal finalidade, a comunicação social, ou seja, a interação entre o indivíduo e o mundo ao seu redor.

CONCLUSÃO

O referido artigo compõe o Trabalho Final de Graduação II, do Curso de Pedagogia da Universidade Franciscana – UFN. Nele, foram tecidas algumas considerações sobre a importância da aprendizagem de uma segunda língua, na Educação Infantil, com o intuito de ensinar, para crianças ouvintes, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, a qual é a língua materna da comunidade surda e, conseqüentemente, (re)significar o processo inclusivo dos alunos surdos. Discutir acerca da inclusão pressupõe o respeito às diferenças e a garantia dos direitos humanos.

No decorrer da pesquisa, verificou-se que existem poucos artigos científicos que falam dessa temática, isto é, LIBRAS para crianças ouvintes na Educação Infantil. Sabe-se que a possibilidade de inserir, nesse nível de ensino, a aprendizagem de LIBRAS (L2), para crianças ouvintes, gera benefícios para seus desenvolvimentos holísticos.

A interação acontece por meio da linguagem, e essa, por sua vez, expressa o pensamento, sendo a língua o caminho para o desenvolvimento e a aprendizagem integral, permitindo os processos inclusivos.

Todavia, ainda é preciso transformar a sociedade em um corpo social bilíngüe. É primordial que, em conjunto ao ensino da Libras, seja valorizada a Cultura Surda no mesmo nível em que se valoriza a Cultura Ouvinte, sem engrandecer uma em detrimento da outra. Posto isso, torna-se relevante que a LIBRAS seja meio de instrução na escola regular de forma efetiva, bem como uma disciplina a ser ministrada na Educação Básica desde a Educação Infantil. Isso poderá permitir uma melhor comunicação e interação entre surdos e ouvintes.

Com o propósito de que haja a inclusão de LIBRAS sendo forma de comunicação diferente, porém, é necessário o comprometimento por parte dos professores. Esses devem buscar novas metodologias e adequá-las às necessidades dos alunos surdos e ouvintes, proporcionando a aprendizagem para ambos os grupos. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a aprendizagem de LIBRAS possibilita às crianças surdas maior rapidez e naturalidade na exposição de sentimentos, desejos e necessidades, desde a mais tenra idade, podendo ser estendida aos ouvintes também (BRASIL, 1997). Logo, propicia a organização do pensamento bem como a cognição.

No entanto, mesmo a legislação assegurando o ensino de LIBRAS no Ensino Regular, é preciso refletir sobre a inclusão de alunos com surdez nas escolas, além de garantir uma qualidade de ensino para todos com igualdade. Entretanto, é lacônico discutir sobre a Libras e a legislação e sua aplicabilidade.

É preciso falar a respeito de políticas públicas e formação de professores nessa temática e suscitar reflexões entre a sociedade civil e professores. É mister, ainda, valorizar e respeitar a pessoa com surdez, em especial. Ela deve ser atendida na Língua materna e na sua cultura.

Em tal perspectiva, pensar em uma formação de qualidade é fundamental, mas é importante abranger conhecimentos no que se refere às pessoas diretamente ligadas à ação do educar. Como acontece com as crianças, os profissionais vão se constituindo e formando o exercício da docência, a partir das relações vivenciadas e das peculiaridades profissionais.

Dessa forma, a democratização do ensino perpassa pela formação, pela atuação e pela reflexão. Faz-se necessário ressaltar a importância do investimento no desenvolvimento profissional, que envolva a formação inicial e continuada, a um processo de valorização e de conhecimento da identidade do professor, bem como das culturas que o compõem.

Para concluir, é preciso que o professor esteja preparado para lidar com as culturas, valores, níveis de aprendizagem muito diferentes, bem como com os alunos com surdez, entre outros. O docente deve ser capaz de, nessa posição, não desvalorizar e ou desprezar as diferenças sob seus cuidados.

A ação pedagógica reflexiva, aliada ao estudo e à pesquisa, constrói um conjunto de experiências que possibilitarão a formação de profissionais capazes de desenvolver um trabalho que favoreça e valorize as especificidades humanas, assim como uma educação significativa, consciente, inclusiva e bilíngue.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. P. M. A síndrome de Klinefelter: caracterização e pressupostos inclusivos. **Revista FACEVV**, v. 8, n. 1, p. 137-46, 2015.

BENTES, A. C. Linguística textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs). **Introdução à linguística - domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE/UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Congresso Nacional. Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Institui as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> Acesso em: 16 set. 2019.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Deficiência Auditiva**. Brasília: MEC/SEESP, 1997 (Série Atualidades Pedagógicas, n. 4).

_____. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm> Acesso em: 19 set. 2019.

_____. Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 19 set. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HONORA, M. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: O que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-84, maio/ago. 2006.

LIMA, P. A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

PINTOR, N. A. M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: SESES, 2017. 168p.

QUADROS, R. M.; PIZZIO, A. L.; REZENDE, P. L. F. **Língua Brasileira de Sinais I**. Florianópolis, SC: CCE/UFSC, 2009.

REILY, L. Escola inclusiva: **Linguagem e mediação**. São Paulo: Papyrus, 2004.

SANTOS, W. J. **Ambiente de Ensino-Aprendizagem da LIBRAS: o AEE para alunos surdos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2013.

SILVA, A. B. P.; PEREIRA, M. C. da C. O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 173-76, mai/ago. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ptp/v19n2/a10v19n2.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: _____. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 7-32.

STUMPF, M. R. Mudanças estruturais para uma inclusão ética. In: QUADROS, R. **Estudos Surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008. p. 14-29.

VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.